



VILAREALSTºANTONIO

HASTA PÚBLICA

EVENTO NA ENVOLVENTE DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS DA MANTA ROTA 2016

CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Hasta Pública

Será efetuada, em conformidade com Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público Mobiliário Urbano e Publicidade, Decreto-Lei n.º 307/94 de 21 de dezembro, Portaria n.º 1152-A/94 de 27 de dezembro, Código de Procedimento Administrativo, Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5 -A/2002 de 11 de janeiro, Postura de Venda Ambulante do Concelho de Vila Real de Santo António, Decreto-Lei n.º 122/79 de 8 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 252/93 de 14 de julho, Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 268/2009 de 29 de setembro, Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril, Portaria 239/2011 de 21 de junho, Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, Regulamentos (CE) n.º 852 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho ambos de 29 de abril (regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 113/2006 de 12 de junho), das presentes Condições Gerais, e realizar-se-á na sede dos Paços do Concelho, perante Comissão para esse fim designada.

Artigo 2º

Objeto da Hasta Pública

A presente hasta pública tem por objeto a promoção de atividades e ações, de natureza casuística, recreativa e cultural a desenvolver na envolvente do Centro de Artes e Ofícios de Manta Rota, nos termos da cartografia em anexo, que faz parte integrante das presentes Condições Gerais.

Artigo 3º

Duração do evento

A promoção das atividades e ações, de natureza casuística, recreativa e cultural irá decorrer de 25 de junho a 04 de setembro de 2016.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Artigo 4º

Características, Localização e Base de Licitação

1. O espaço objeto da presente hasta pública, encontra-se identificado nos termos da planta em anexo, cuja área afeta ao evento corresponde a cerca de 1.395,00 m², com a ocupação do espaço público com Stands e Prestadores de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, cuja base de licitação para o evento é a constante do quadro seguinte:

Hasta Pública			
Evento a realizar na envolvente do Centro de Artes e Ofícios			
Ocupação	Dimensão	Área Máxima	Preço Base
Stands	3 x 3 metros (x35 un.)	315 m ²	8.000,00 €
Farturas	2 x 8 metros	16 m ²	
Cachorros	2 x 3 metros	6 m ²	
Crepes	2 x 2,5 metros	5 m ²	
Pipocas e Algodão Doce	2 x 1 metros	2 m ²	
Área de apoio	9 x 14,25 metros	128 m ²	
Área para Estruturas Amovíveis	4 x 21 metros	84 m ²	

Artigo 5º

Consulta do Processo

1. O processo, constituído pelo Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público Mobiliário Urbano e Publicidade, pelas presentes Condições Gerais da hasta pública, e Planta com a localização dos espaços e respetivas áreas a ocupar, e base de licitação, estará patente no Núcleo de Taxas e Licenças desta Câmara Municipal, onde também poderão ser dadas quaisquer informações ou prestados os esclarecimentos necessários.
2. Serão fornecidas cópias do processo da hasta pública, aos interessados que as solicitem, durante as horas de expediente, todos os dias úteis, sujeito ao pagamento segundo o Regulamento Geral de Taxas e Licenças.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Artigo 6º

Ato de Arrematação em Hasta Pública

1. A arrematação em hasta pública, decorrerá perante uma comissão nomeada pela Câmara Municipal e, será anunciada por edital, no qual deverão constar:
 - a) Identificação e localização do evento;
 - b) Base de licitação estabelecida pela Câmara Municipal;
 - c) Local e data limite para apresentação das propostas;
 - d) Condição de apresentação das propostas e a data limite para a sua entrega pelos interessados;
 - e) Local, data e hora da praça;
 - f) Modalidades de pagamento.
2. O Edital será afixado nos locais públicos do costume, publicado no Jornal do Algarve, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.
3. A comissão referida no ponto anterior, será constituída por três elementos efetivos e dois suplentes, sendo o de categoria superior o seu presidente, designados pela Câmara Municipal, sem prejuízo de, por questões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais.

Artigo 7º

Propostas

1. As propostas serão redigidas em português, com letra bem legível, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas e nos termos do Edital.
2. Nas classes de atividades que permitam a apresentação de propostas em diversas tipologias, compete à Comissão, independentemente dos valores das propostas, assegurar a necessária diversidade e equilíbrio de criatividade.
3. Serão rejeitadas todas as propostas que não estejam em conformidade com o estipulado nas presentes condições gerais, ou para desenvolvimento de atividades que prejudiquem a estética global do evento, ou que sejam em si atividades suscetíveis de ofender



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

sentimentos morais, religiosos ou políticos, ficando todavia junto ao processo de hasta pública no estado em que tiverem sido apresentadas.

4. A Câmara Municipal, reserva-se o direito de solicitar aos proponentes qualquer informação adicional ao bom esclarecimento das propostas.

Artigo 8º

Requisitos de habilitação das propostas

1. As propostas deverão ser instruídas com suporte fotográfico ilustrativo da mesma, ou quaisquer outros suportes que permitam constatar a qualidade e interesse dos produtos ou atividades, sob pena de exclusão.
2. As propostas deverão ser instruídas com comprovativo emitido por entidades competentes, que não têm dívidas para com o Estado nem para com o Município de Vila real de Santo António.
3. As propostas deverão ser instruídas com comprovativo do registo do CAE, que habilite o concorrente a participar no procedimento da Hasta Pública.
4. Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega, os documentos acima referidos no ato de arrematação da hasta pública, na eventualidade do não cumprimento desta obrigatoriedade, poderá a mesma ser colmatada num prazo de 2 dias úteis após o ato de arrematação, sob pena de exclusão.

Artigo 9º

Concorrentes

Não serão admitidos ao ato de arrematação da hasta pública cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de Autorização ou certificado de residência.

Artigo 10º

Esclarecimentos

Antes do início da hasta pública serão prestados todos os esclarecimentos sobre o seu objecto e procedimentos. Porém, iniciada a licitação, não serão dadas quaisquer outras explicações.

Artigo 11º

Licitação



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

1. Iniciada a hasta pública, proceder-se-á em primeiro lugar, à abertura das propostas recebidas, se existirem, por ordem de receção no respetivo serviço.
2. Se entre as propostas houver duas ou mais que apresentem valores similares, proceder-se-á, em ato contínuo, à licitação verbal entre os concorrentes, tomando como valor de partida o da proposta mais vantajosa, ou, se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciada.
3. Para efeitos do estabelecido no ponto dois consideram-se que apresentam valores similares à proposta mais vantajosa os que apresentem um valor igual ou inferior em não mais que 20% ao daquela.
4. Não serão admitidos lanços de valor inferior a € 50 (cinquenta euros).
5. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
6. A Comissão pode, caso considere necessário, interromper a sessão da hasta pública ou mesmo, quando razões ponderosas o justifiquem, suspender a sessão, devendo a Comissão antes de interromper ou suspender a sessão, indicar a hora ou o dia e a hora, conforme o caso, que a mesma será retomada, considerando-se, de imediato notificados, todos os concorrentes, sem necessidade de mais formalidades.

Artigo 12º

Adjudicação

1. A adjudicação da ocupação do espaço público, será efectuada provisoriamente, pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, acima da base de licitação, e que tenha respeitado na íntegra as condições técnicas especiais de concepção e instalação, que integram o presente processo.
2. No final da hasta pública, será elaborado o respectivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelos adjudicatários provisórios, se estiverem presentes.
3. A homologação da lista de classificação dos concorrentes, elaborada pela comissão e a decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, os adjudicatários devem ser notificados da deliberação, por carta registada com aviso de receção.





VILAREALSTºANTONIO

4. No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a Câmara Municipal poderá adjudicar o direito de ocupação ao lance oferecido de montante imediatamente inferior.
5. No caso de desistência ou de não pagamento do valor de licitação, o proponente fica inibido de concorrer a hastas públicas para o mesmo evento nos dois anos seguintes.
6. A Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar, no caso de entender não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal.

Artigo 13º

Depósito de Garantia

1. O adjudicatário provisório deverá, de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação, solicitando, para o efeito, no Núcleo de Taxas e Licenças, da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira desta Câmara Municipal, as guias de pagamento.
2. A importância depositada nos termos do número anterior é desde logo convertida em receita municipal, sem prejuízo de a mesma poder vir a ser devolvida caso a Licitação fique sem efeito por motivos não imputáveis ao Licitante.

Artigo 14º

Pagamentos

Após a adjudicação provisória o adjudicatário fica obrigado a liquidar na Tesouraria da Câmara Municipal, até ao segundo dia útil a seguir à arrematação o restante valor, sob pena de a adjudicação ficar sem efeito.

Artigo 15º

Formalização da Adjudicação

1. A adjudicação, do direito de ocupação do espaço público, será formalizada através da emissão da respetiva licença, condicionada ao pagamento das taxas inerentes ao licenciamento do evento.
2. A emissão da licença do evento será antecedida pela entrega do respetivo pedido licenciamento instruído com os elementos mencionados no Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009 de 29 de setembro.





VILAREALSTºANTONIO

3. A licença emitida, é pessoal e intransmissível, não podendo, por isso, ser cedida a qualquer título.
4. A área de ocupação do espaço público com Stands e com as Estruturas Amovíveis da prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, com um total de 344,00 m², fica sujeita ao pagamento das taxas devidas.
5. As áreas de apoio ao evento e para as estruturas amovíveis, que medem um total de ocupação do espaço público de 212,00 m², ficam isentas de pagamento das taxas devidas, por serem áreas acessórias.
6. No caso de não comparência junto dos serviços, no prazo definido no artigo 14.º das presentes condições gerais, para efeitos de emissão da respectiva licença, por causas que lhes sejam imputáveis, considera-se sem efeito a anterior adjudicação perdendo os titulares dos direitos de ocupação, o direito ao reembolso de quaisquer quantias eventualmente já pagas.

Artigo 16.º

Obrigações do Adjudicatário

1. São obrigações do Adjudicatário:
 - a) Respeitar o Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público Mobiliário Urbano e Publicidade do Concelho e demais legislação aplicável à atividade desenvolvida, nomeadamente o cumprimento dos limites sonoros estabelecidos do Regulamento Geral do Ruído;
 - b) Promover o licenciamento dos espaços de acordo com as normas legais vigentes, aplicáveis a cada ramo de atividade;
 - c) Respeitar os períodos de abertura e funcionamento;
 - d) Manter em funcionamento os Balneários Públicos da Manta Rota, junto ao evento e durante o período de funcionamento do mesmo, das 14h00 às 01h00, ou em caso de exceção haja prolongamento do horário de encerramento do evento;
 - e) Manter em irrepreensíveis condições de higiene, todos os equipamentos, incluindo os balneários públicos, ficando condicionados às regras de segurança e de higiene, estabelecidas pelas normas de inspeção e fiscalização sanitária;



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

- f) De acordo com o Decreto-Lei n.º 50/2013 de 16 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 106/2015 de 16 de junho, é proibida a venda de bebidas alcoólicas nos trâmites legais do mesmo;
 - g) Na venda de comida e bebidas, é obrigatória a utilização de utensílios descartáveis;
 - h) Ter patente ao público a Tabela de Preços;
 - i) Fornecer um talão ou factura dos produtos fornecidos;
 - j) Ter afixado a indicação de que possuem livro de reclamações;
 - k) No desenvolvimento da atividade, não poderá o Adjudicatário proceder à adulteração dos elementos tal como aprovados ou a alterações da demarcação efectuada;
 - l) É vedado o exercício da atividade fora dos lugares atribuídos e das áreas dos Stands;
 - m) Os artigos expostos, deverão ser colocados de modo a não perturbar o espaço público, nomeadamente a circulação de visitantes e de viaturas de emergência.
2. É obrigação do Adjudicatário, tapar ou cobrir a parte posterior dos Stands localizados a norte do evento, melhor identificado na planta em anexo, com vinil autocolante, lona ou outro suporte, que permita expor o Layout a definir pela Câmara Municipal, posteriormente à adjudicação do direito da ocupação do espaço público (a ser fornecido digitalmente ao adjudicatário), sendo a título de exemplo a imagem que se encontra em anexo.
3. É ainda de obrigação do Adjudicatário, o fornecimento das infraestruturas necessárias ao funcionamento do evento

Artigo 17º

Atividades

A promoção do licenciamento dos espaços de acordo com as normas legais vigentes, aplicáveis a cada ramo de atividade, mencionado na alínea b) do n.º 1 do Artigo 16.º, das obrigações do adjudicatário, tendo em vista o objetivo do evento, preferencialmente as atividades desenvolvidas deverão ter em conta o seguinte:

1. As ocupações sejam feitas com vista à promoção das atividades e ações, de natureza casuística, recreativa e cultural, ao Artesanato, Doces Regionais, e Produção Agrícola Regional. Dando preferência aos objetos sejam feitos de forma tradicional e regional, à doçaria regional do Algarve, à comercialização de mel, sal marinho, produtos hortícolas,



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

laranja, licores regionais, ou outros produtos que sejam representativos da região do Algarve, de forma a garantir a qualidade que se pretende para o evento.

2. Cada atividade deverá ter o CAE próprio ao desenvolvimento da mesma.
3. Para a atividade de Artesanato, deverá ser relevante a propriedade do Cartão de Artesão, ou qualquer outro documento que permita constar o compromisso para com a atividade.
4. Para as atividades de Farturas, Cachorros, Pipocas e Algodão Doce, e Crepes, ou outras atividades de prestação de serviços de restauração ou de bebidas de caráter não sedentário, deverão os donos ou representantes dos equipamentos, ser titulares do Certificado de Inspeção com a verificação das condições de higienosanitárias; bem como ser possuidores do Termo de Responsabilidade subscrito por pessoa habilitada a ser autor de projeto, quanto ao cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares relativos à instalação e à segurança contra incêndios dos equipamentos.
5. Caso haja a atividade Musical tem que se ter em consideração a suscetibilidade de causar incómodo resultante da respetiva tipologia e níveis sonoros.
6. Relativamente às ocupações previstas para a área de estruturas amovíveis, o adjudicatário deverá dar, obrigatoriamente, preferência:
 - a) Aos ocupantes, que em anos anteriores tenham tido participações na Manta Rota, nessa atividade; e
 - b) Apresentem elementos que atestem ou comprovem a qualidade dos produtos ou atividade, que se propõem a vender ou fazer.

Artigo 18º

Limpeza e Higiene

1. O adjudicatário assegurará a manutenção e limpeza da zona circundante, não lhe sendo permitido depositar ou manter quaisquer materiais ou objetos no seu exterior, nomeadamente caixotes, embalagens ou equipamento de apoio.
2. O não cumprimento do constante no número anterior será sujeito a coima nos termos dos Regulamentos Municipais de Ocupação do Espaço Público Mobiliário Urbano e Publicidade e de Resíduos Sólidos, Higiene Urbana e Espaços Verdes, em vigor no Município de Vila Real de Santo António.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Artigo 19º

Horário de Funcionamento

O evento na envolvente do Centro de Artes e Ofício 2016, funcionará das 14h00 às 01h00. Com exceção do dia de abertura, que o horário será prolongado até 02h00 e caso ocorrer algum programa musical especial integrado no evento, será ponderada a possibilidade da alteração do horário.

Artigo 20º

Montagem e Desmontagem

A montagem e desmontagem das instalações e equipamentos de apoio às atividades, deverá ser feita nos dois dias anteriores e subsequentes às datas do evento, respetivamente.

Artigo 21º

Extinção do Direito de Ocupação e Exploração

1. A Câmara Municipal poderá revogar as licenças concedidas:
 - a) Quando o adjudicatário, sem razão que o justifique, deixar de cumprir alguma das obrigações emergentes das condições da presente hasta pública, dos regulamentos ou diplomas legais que lhe serviram de suporte;
 - b) Se qualquer dos seus elementos ou pertences for executado, fiscalmente ou de outra forma penhorados;
 - c) Se o titular da licença negociar a transmissão entre vivos do direito da concessão, por qualquer forma de cedência gratuita ou onerosa;
 - d) Quando o interesse público o justifique, notificando-se para esse efeito o adjudicatário, sem prejuízo do pagamento de justa indemnização referente ao período em falta para o término da concessão;
 - e) Quando o adjudicatário, sem razão que o justifique, não mantenha em funcionamento o evento, por um prazo de 7 dias seguidos ou 10 dias interpolados, sem prejuízo do pagamento de justa indemnização referente ao período em falta para o término da concessão.





VILAREALSTºANTONIO

2. Em caso de revogação da licença, ao lugar vago será proposta a adjudicação ao proponente suplente, nas condições e valores anteriormente atribuídos, com pagamento proporcional ao tempo a ocupar.

Artigo 22º

Funcionamento

1. A atividade fiscalizadora a desenvolver no evento será realizada por um Corpo de Fiscalização, constituído por funcionários municipais qualificados para o efeito, que presta serviço em todo o recinto e tem como função assegurar o cumprimento das regras constantes das presentes Condições Gerais e as demais que vierem a ser aprovadas pelos órgãos municipais, devendo todos os adjudicatários, operadores e demais participantes no evento, colaborar com o Corpo de Fiscalização, acatando as suas ordens legítimas.
2. O adjudicatário é obrigado a conservar os seus equipamentos em condições de segurança e manutenção, de modo a que não traga perigo ao visitante, sendo responsáveis pelos danos causados com os mesmos.
3. A Câmara Municipal não se responsabiliza, em qualquer circunstância, por danos pessoais ou patrimoniais, roubos ou outros incidentes inerentes à participação no evento.
4. A área de apoio ao evento, identificada na planta em anexo, não deve em caso algum ser coberta e limitada fisicamente, ser preferencialmente servida por mesas e cadeiras, caso em que se permite a colocação de guarda-sóis, e respeitar as áreas de circulação e segurança.

Artigo 23º

Disposições Finais

1. O adjudicatário toma conhecimento que paralelamente ao evento em questão irá decorrer na praça a sul do evento os seguintes eventos, conforme áreas de implantação em anexo:
 - a) Em sede de licenciamento da Agência Portuguesa do Algarve (APA), nos meses de Julho e Agosto, ocupações com divertimentos infantis, insufláveis, camas elásticas, feira do livro e 5 tendas de venda ambulante da etnia cigana residente;
 - b) Festa em honra do S. João da Degola, de 27 a 31 de Agosto.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

2. Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega dos documentos a entregar para o ato da Hasta Pública, caso a Câmara Municipal assim o entenda, poderão ser solicitados elementos ou esclarecimentos adicionais após a adjudicação.
3. Os casos não previstos nas presentes Condições Gerais serão resolvidos mediante despacho do presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas, em função da própria natureza do caso omissivo.
4. Caso haja aplicação de coimas e sanções acessórias, a competência para determinar a instauração dos processos de contraordenação, nos termos legais dos regulamentos e diplomas aplicáveis, pertence ao presidente da Câmara Municipal, podendo ser delegada em vereador, com faculdade de subdelegar.

Vila Real de Santo António, 05 de maio de 2016

O Vereador da Divisão de Urbanismo e Espaço Público

João Filipe de Brito Sol Pereira

no uso de competência delegada,
por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal,
datado de 18 de outubro de 2013



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt